

# Diário Oficial Poder Executivo

## Seção I

Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 71 – DOE – 15/04/21 – seção 1 – p.38

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

### Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial-Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema-Fundação do ABC

FUNDÇÃO DO ABC - SERVIÇO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO DE DIADEMA		CNPJ 07.571.275/0029-01	
Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (em reais)			
Ativo	Nota	Balanco Patrimonial	Demonstração de Resultado
		2020	2020
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	<b>Recursos operacionais</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.916.289	Contrato de gestão - Estadual
Estoque		1.728	Outras receitas
		<b>1.918.017</b>	<b>3.341.117</b>
<b>Não circulante</b>		<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Despesas operacionais</b>
Biologicos judiciais	5	426.081	Com pessoal
		<b>426.081</b>	Medicamentos e insumos hospitalares
			Prestadores de serviços de terceiros
			Administrativas e gerais
			Contingências e despesas judiciais
			Supervir antes do resultado financeiro
			Receitas financeiras
			Despesas financeiras
<b>Total do ativo</b>		<b>2.344.098</b>	<b>Supervir do exercicio</b>
			<b>1.875.252</b>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			<b>2.344.098</b>

  

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Total	
Patrimônio	Superávit Social	Patrimônio	Superávit Social
acumulados	acumulados	acumulados	acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	1.875.252	1.875.252
Supervir do exercicio	-	1.875.252	1.875.252
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	1.875.252	1.875.252

  

Demonstração dos Fluxos de Caixa		Total	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Fluxo de caixa das atividades operacionais	Fluxo de caixa das atividades operacionais
Supervir do periodo	Supervir do periodo	Supervir do periodo	Supervir do periodo
Supervir dos ativos e passivos	1.032.073	Supervir dos ativos e passivos	1.032.073
Estoque	(9.520)	Estoque	(9.520)
Fornecedores	187.533	Fornecedores	187.533
Obrigações fiscais	49.811	Obrigações fiscais	49.811
Obrigações sociais e trabalhistas	397.728	Obrigações sociais e trabalhistas	397.728
Outros passivos	18.334	Outros passivos	18.334
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.340.473	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.340.473
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.340.473	Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.340.473
Incorporação ao patrimônio social	387.500	Incorporação ao patrimônio social	387.500
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	387.500	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	387.500
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.727.982	Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.727.982
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do periodo	1.727.982	Caixa e equivalentes de caixa no inicio do periodo	1.727.982
Caixa e equivalentes de caixa no final do periodo	1.727.982	Caixa e equivalentes de caixa no final do periodo	1.727.982

  

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020**

1 - Contexto operacional. (ii) Objetivo social. A Fundação do ABC (Fundação) ou (FUNDAC) com sede social na Avenida Lúcia Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 8 de outubro de 1987, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual na cidade de São Paulo, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina e posteriormente as demais entidades. A Fundação tem como objetivo social criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior nível médio, técnico-profissionalizante, pós-graduação e pesquisa, prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacológica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou por meio de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio, promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excentivos ou a pessoas carentes, manter hospitais universitários, de ensino e outros, promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de graduação à comunidade carente. (iii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS. De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União e Fundação do ABC e sua unidade gerenciada levou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde renovado. O deferimento do certificado está autuado sob o nº 2017-01-0028/CEBAS. (iv) CEBAS SAS/MS. constante no processo nº 25000.178683/20-10. (ii) Graduações nas Áreas de Educação e Saúde. A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de ensino e educação. A unidade gerenciada com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direcionada o pedido de certificação das entidades filiantes. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atuação preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento de certificação e sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância do Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local ou SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. (iv) PIS/PASEP. A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456, de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49/2017,4.03.06.126, publicada em Diário Oficial da União de 04 de dezembro de 2017. (v) Isenção Previdenciária Usufruída. Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, com se devias fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (26,8% INSS; 1,0% RAT e 5,0% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Seac; 0,6% Selo) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2020, o montante de R\$ 44.400. (vi) Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema. Em 9 de janeiro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, instalado na Avenida Antonio Piranga, nº 700, no bairro Centro, na cidade de Diadema, (vii) Contrato de gestão. Em 06 de janeiro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SP/DOC nº 71484/2019, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, por período de cinco anos. Em 30 de abril de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2020, que tem por objeto a suspensão temporária dos pagamentos de honorários e demais atividades e serviços de saúde do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema no exercício de 2020, em razão da pandemia do novo coronavírus - COVID-19. 2 - Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas no Livro das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITC 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. O Livro das Entidades não está apresentando do a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. 2.2 Base de mensuração. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4 Estimativas contábeis. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação, e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às prováveis julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as pressuposições pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. 2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expirou ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros ou não transferir e reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliadas pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. (ii) Passivos financeiros. A Entidade define e classifica os seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acessados ao custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação foi extinta, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo tipo mediante termos substancialmente diferentes, tal substituição de um passivo existente não substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. 3 - Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: (a) Caixa e equivalentes em caixa. Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. (b) Estoques. Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. (c) Ativo circulante. Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias e os contrapontos: rendimentos, juros, (d) Imobilizado e bens de terceiros. Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contratados", sendo devedora e credora, respectivamente. Os bens adquiridos por meio do contrato de gestão são reconhecidos na data das aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contratados" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". (e) Passivo circulante. Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores contábeis ou calculáveis acessados, quando aplicável, os contrapontos em encargos e variações monetárias. (f) Provisão para contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constitui a provisão para contingências na data do balanço para corrigir perdas e riscos considerados prováveis. (g) Apreciação do resultado. O resultado é apurado pelo regime de competência. 4 - Caixa e equivalentes em caixa